



As Contradições Regionais do Crescimento Econômico no Brasil:

Auge e o Declínio do Ciclo 2002-2018

Dinâmicas socioeconômicas regionais

RESUMO

Uma das características mais gerais na história do desenvolvimento capitalista é o fato do crescimento econômico não se manifestar em todo lugar ao mesmo tempo. O presente artigo utiliza dados do produto interno bruto dos municípios brasileiros para analisar o crescimento econômico em sua dimensão regional durante a ascensão e o declínio do último ciclo macroeconômico (2002-2018). Identificamos que no período de ascensão do ciclo o crescimento econômico beneficiou sobretudo os municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Podemos observar a atuação de dois modelos distintos entre os municípios, aqueles liderados pela demanda doméstica e aqueles que puderam se inserir na dinâmica do mercado externo como exportadores de commodities, ambos afetados pela crise econômica após 2014. Esse processo se deu com contradições, pois o Sudeste que historicamente corresponde ao Centro-Cíclico da economia nacional apresentou áreas de crescimento persistentemente baixo.

ASPECTOS METODOLOGICOS

Para avaliar o crescimento econômico regional propomos a análise da taxa composta de crescimento do nível de produto agregado para os 5570 municípios do Brasil a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compilados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para os anos de 2002 a 2018, a preços constantes de 2010. Os dados foram organizados em intervalos de 4 anos, correspondendo a momentos distintos do ciclo econômico (2002-2006, 2006-2010, 2010-2014, 2014-2018). Além disso, utilizamos a estatística espacial de Getis e Ord (Getis; Ord, 1992; Ord; Getis, 1995) para identificar a nível local áreas de alto e baixo crescimento com relações espaciais estatisticamente significantes entre si, verificando como essas áreas se transformam conforme a dinâmica do ciclo. Por fim, buscamos identificar também que setor produtivo (indústria, serviços, administração pública, agropecuária) liderou o processo de crescimento econômico nos



municípios através da decomposição setorial da taxa de crescimento, associando os resultados a dinâmicas macroeconômicas e estruturais da economia brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo desse trabalho é examinar a dimensão regional do crescimento econômico no Brasil entre 2002 e 2018 a partir da regionalização do comportamento macroeconômico da economia. Esse período correspondeu ao platô e declínio de um ciclo marcado por um processo de intensa geração de emprego, redução da pobreza, distribuição de renda e declínio do número de espaços em recessão persistente (Brandão, 2019). A partir de 2010, mudanças na política econômica levam a desaceleração do crescimento, preparando o cenário para a recessão de 2015 e 2016 e a posterior quase estagnação da economia brasileira (Serrano; Summa, 2015).

Sob a herança de duas décadas de crise e um cenário macroeconômico conturbado, entre 2002 e 2006, apesar da economia brasileira já demonstrar sinais de que adentrara em um novo ciclo de crescimento, 25,06% dos municípios encontravam-se em recessão. É somente entre 2006 e 2010 com o efeito dinamizador proporcionado pelas políticas macroeconômicas e sociais (Brandão, 2019), em conjunto com o crescimento célere das exportações que há aceleração e dispersão do crescimento. O movimento de dispersão ocorreu para: 1) áreas de expansão agropecuária no Centro-Oeste e Norte do país, bem como para as regiões de “fronteira agromineral” (Macedo, 2023); 2) o interior das regiões Norte e Nordeste.

Com a reversão do ciclo econômico, observa-se uma redução no número de áreas de alto crescimento, as quais tendem a se concentrar nos espaços previamente estruturados para atividades exportadoras. O declínio do modelo de crescimento com base no mercado interno teve seu início a partir de 2011, com a implementação da denominada política "macroprudencial", que resultou na diminuição do crescimento do consumo, investimento e na criação de empregos (Serrano; Summa, 2015). O intuito dessas medidas foi proporcionar o protagonismo do setor privado no crescimento econômico, através da adoção de uma agenda de ajuste fiscal que incluiu redução no consumo e nos investimentos públicos, além de concessão de benefícios fiscais (Orair; Siqueira, 2018; Sanches, 2020)



Com essas medidas o crescimento da demanda agregada desacelerou, seguido pelo colapso do investimento privado, ambos os elementos prepararam o cenário de crise observado entre 2015 e 2016. Foram desconstruídas as bases que sustentaram o modelo de crescimento econômico com profundas repercussões regionais e sociais (Gentil, 2017; Trovão, 2022). A crise e estagnação reafirmou a natureza potencialmente fragmentadora do crescimento (Pacheco, 1996), quando há coexistência de economias estagnadas ou em recessão baseadas no mercado doméstico com economias de crescimento dinâmico voltado para exportações.

Para além do comportamento cíclico da economia, chama atenção a persistência de áreas de baixo crescimento na região Sudeste que aparecem a partir de 2006. Essa contradição é um indicativo da ação de tendências estruturais. Cano (2008) ao analisar a desconcentração produtiva ocorrida entre os anos 1980 e 2005, a classifica como “desconcentração espúria”, uma vez que ocorria em um ambiente de estagnação do centro cíclico (São Paulo) e da economia nacional. Embora não seja possível falar em estagnação *stricto sensu*, o contraste e as desigualdades internas das trajetórias de crescimento em São Paulo e no Sudeste nos remete a ideia de continuidade do caráter espúrio da desconcentração.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

O estudo apresentado avalia o crescimento econômico em diferentes regiões do Brasil a partir dos municípios, destacando a importância de políticas macroeconômicas e sua desconstrução para explicar a dimensão regional do ciclo econômico. Além disso, a discussão sobre as contradições regionais fundadas em determinantes estruturais da economia brasileira, está em sintonia com a demanda por alternativas políticas para promover um desenvolvimento social mais equitativo, e um desenvolvimento produtivo contínuo e sustentável.



REFÊRENCIAS.

- BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI | Productive and economic changes and territorial reconfiguration in Brazil at the beginning of the 21st century. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 258–258, 2019.
- CANO, W. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Unesp, 2008.
- GENTIL, D. L. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/277>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- GETIS, A.; ORD, J. K. The Analysis of Spatial Association by Use of Distance Statistics. **Geographical Analysis**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 189–206, 1992.
- MACEDO, F. **Desenvolvimento Regional no Brasil no Século XXI**. 1. ed. Campina Grande: eduepb, 2023.
- ORAIR, R. O.; SIQUEIRA, F. de F. Investimento público no Brasil e suas relações com ciclo econômico e regime fiscal. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 27, p. 939–969, 2018.
- ORD, J. K.; GETIS, A. Local Spatial Autocorrelation Statistics: Distributional Issues and an Application. **Geographical Analysis**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 286–306, 1995.
- PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 113–140, 1996.
- SANCHES, M. D. S. **Política fiscal e dinâmica do produto: uma análise baseada em multiplicadores fiscais no Brasil**. 2020. Mestrado em Teoria Econômica - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20082020-111800/>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. **Nova Economia**, [s. l.], v. 25, n. Special Issue, p. 803–833, 2015.
- TROVÃO, C. J. B. M. Uma Análise Territorial da Desigualdade de Renda e da Proteção Social no Brasil: Heranças e Impactos em Tempos de Pandemia. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, [s. l.], v. 11, n. 02, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/31088>. Acesso em: 16 fev. 2024.